



COORDENAÇÃO
Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
Ana Pessoa

ACTAS DO III COLÓQUIO INTERNACIONAL

A Casa Senhorial

Anatomia de Interiores



PORTO

Ficha Técnica

Título

Actas do III Colóquio Internacional
A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores

Coordenação e Introdução

Gonçalo de Vasconcelos e Sousa
Ana Pessoa

Local de Edição

Porto

Data

2018

Edição

Universidade Católica Editora – Porto
CITAR – Centro de Investigação em Ciência
e Tecnologia das Artes (EA-UCP)

Tiragem

500 exemplares

Impressão e Acabamento

Clássica, Artes Gráficas - Porto

Concepção Gráfica

Carlos Gonçalves

Depósito Legal

439288/18

ISBN

978-989-8835-42-0

Capa

Pormenor do papel de parede “Cenas do Novo Mundo”, da oficina de Zuber, 2.º quartel do séc. XIX, que decora as paredes da sala com o mesmo nome na Casa de Sezim, em Guimarães, Portugal.

III Colóquio Internacional

A Casa Senhorial: Anatomia de Interiores

16 e 17 de junho de 2016, Porto, Portugal
Escola das Artes – Universidade Católica Portuguesa

Organização:

Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos
e Sousa (CITAR-Escola das Artes/UCP)
Doutora Ana Pessoa (Fundação
Casa de Rui Barbosa/Minc)

Promoção

Fundação Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura
Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das
Artes (CITAR)/Universidade Católica Portuguesa
Instituto de História da Arte – FCSH/
Universidade Nova de Lisboa
Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Apoio

Fundação do Ricardo Espírito Santo
PPGAU – Escola de Arquitetura e Urbanismo – UFF
PPGAV – Escola de Belas Artes – UFRJ

Comissão Científica

Prof. Doutora Ana Lúcia Vieira Santos (EAU/UFF)
Doutora Ana Pessoa (FCRB)
Prof. Doutor Carlos Alberto d’Ávila Santos (UPPel)
Doutor Carlos de Almeida Franco (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos
e Sousa (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutor Helder Carita (IHA-FSCH-UNL)
Prof. Doutora Isabel Mendonça (IHA-FSCH-UNL)
Prof. Doutor José Ferrão Afonso (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutora Marize Malta (EBA/UFRJ)
Prof. Doutor Nelson Porto (UFES)

Conselho Editorial

Prof. Doutora Ana Lúcia Vieira Santos
Doutora Ana Pessoa (FCRB)
Prof. Doutor Gonçalo de Vasconcelos
e Sousa (CITAR-EA/UCP)
Prof. Doutor Helder Carita
Prof. Doutora Isabel Mendonça
Prof. Doutora Marize Malta



CATOLICA
ESCOLA DAS ARTES

PORTO



CATOLICA
CITAR - CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAS ARTES

PORTO



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
A VARANDA ALPENDRADA NA EVOLUÇÃO NA CASA SENHORIAL LUSO-INDO-BRASILEIRA — SÉCULOS XVI A XVIII	7
Helder Carita	
DO LUGAR AO HABITAR: ESTUDO SOBRE A CASA-PÁTIO EM GOA	29
Joana Caixinha Silvestre	
QUINTA DAS LAPAS: RECREIO E ERUDIÇÃO NUMA NOTÁVEL MORADA DO 1.º MARQUÊS DE ALEGRETE (1641-1709)	45
Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara & Teresa Campos Coelho	
A VILLA CATHARINO, A ALCÂNDORA BAIANA	69
Maria do Carmo B. E. de Almeida	
O ANTEPROJETO DO PISO NOBRE DE UM PALÁCIO AO BAIRRO ALTO DE FINAIS DO SÉCULO XVII	89
Tiago Molarinho Antunes	
PALÁCIOS IMPERIAIS DO RIO DE JANEIRO NO SEGUNDO REINADO: TRANSFORMAÇÕES E NOVOS PADRÕES DISTRIBUTIVOS	105
Ana Lucia Vieira dos Santos & Rebecca de Castro Leal Costa Reis	
AS CASAS DO COMENDADOR ALBINO DE OLIVEIRA GUIMARÃES	123
Ana Pessoa	
O CICLO DE PINTURA MURAL DE CYRILLO VOLKMAR MACHADO NO PALÁCIO POMBEIRO-BELAS, À BEMPOSTA (LISBOA)	145
Sofia Braga	
O MUSEU CASA DO DR. CARLOS BARBOSA GONÇALVES, JAGUARÃO, RS.	167
Carlos Alberto Ávila Santos	
DO REI D. FERNANDO II AO PRESIDENTE SIDÓNIO. A PINTURA DE CLARO-ESCURO EM PALÁCIOS DA REGIÃO DE LISBOA – PAOLO PIZZI, PIERRE BORDES, EUGÉNIO COTRIM	177
Isabel Mayer Godinho Mendonça	

A CONTRIBUIÇÃO DOS BRASILEIROS DE TORNA-VIAGEM PARA O CULTO DO CONFORTO NA CIDADE DO PORTO. O CONDE DE SILVA MONTEIRO E OS SEUS MODOS DE HABITAR	193
Maria de São José Pinto Leite	
A SALA DE MÚSICA DA CASA DAS BROLHAS EM LAMEGO: PROGRAMAS DECORATIVOS E ICONOGRÁFICOS	215
Inês da Conceição do Carmo Borges	
SOBRE O IMPÉRIO E A HONRA: A DECORAÇÃO E O USO DO ANTIGO PALÁCIO DOS GOVERNADORES DO PARÁ AO TEMPO DE AUGUSTO MONTENEGRO (1901-1908)	235
Aldrin Moura de Figueiredo	
O ESTOJO DE FAQUEIRO E A SUA IMPORTÂNCIA NA SALA DE JANTAR PORTUGUESA DURANTE OS SÉCULOS XVIII E XIX	255
Alexandra Santos	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CASA NOBRE PORTUENSE E OS SEUS OBJECTOS DE LUXO, À LUZ DA PRAGMÁTICA DE 1610	273
José Ferrão Afonso	
NO BALANÇO DAS ONDAS DE UMA CADEIRA DE BALANÇO... O FENÔMENO DOS MÓVEIS AUSTRIACOS NAS CASAS CARIOCAS DE FINS DO SÉCULO XIX	289
Marize Malta	
AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ORNAMENTAÇÃO PARA A RESIDÊNCIA DE UM DIPLOMATA: O GOSTO DE ALEXANDRE SOUSA HOLSTEIN	311
Michela Degortes	

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CASA NOBRE PORTUENSE E OS SEUS OBJECTOS DE LUXO, À LUZ DA PRAGMÁTICA DE 1610

José Ferrão Afonso

The heart of materialism and capitalism alike lies in the shape of objects – in pens, books, chairs, and tables, cities and fields, warships and satellites – the theories and dreams we have embeded in matter perhaps less for the glory of God and tomorrow's profits than for the advancement of state and today's pleasures¹

Do símbolo à representação

A cultura material desenvolve-se a partir dos finais da Idade Média, com os Descobrimentos, a implementação das trocas e do consumismo, estando esse desenvolvimento associado à primeira globalização e novos modelos económicos. Ela incluiu não apenas objetos como tecidos, retábulos, pinturas, a moda ou o mobiliário, mas também a arquitetura resultante da difusão da tratadística humanista, possível pela descoberta recente da imprensa e da gravura. A cultura material está associada a uma lenta mudança cultural. O símbolo medieval, de origem neoplatónica e augustiniana, fora absoluto, impenetrável e informe; não era uma soma de partes, já que em cada uma delas residiam integralmente as propriedades do todo e, em último caso, só poderia ser perscrutado através da exegese cristã. A esse propósito, Krautheimer refere um exemplo esclarecedor: no século XII, entre todas as igrejas ocidentais construídas em honra do Sagrado Sepulcro, não existiam duas semelhantes; na realidade, o que estava em causa não era a forma, mas sim a reprodução do conceito². O antropocentrismo e a racionalidade a ele associados vão, porém, descodificar esse universo; os objetos produzidos pela cultura material afirmam o visível e resultam de um lento processo cultural, durante o qual a unidade simbólica se fragmentou e se tornou representação. Deixou de participar da *ideia*, com a qual formara um todo inescrutável, e passou a referir-se a uma série de modelos criados

¹ MUKERJI, Sandra (1983) – *From Graven Images. Patterns of Modern Materialism*. New York: Columbia University Press.

² KRAUTHEIMER, R. (1942) – *Introduction to an Iconography of Medieval Architecture*. JWCJ pp. 1-33.

pelo homem; o mundo, “posto em imagem”³, é tomado por uma vontade de forma e definição que se opõe à anamorfose simbólica. Para esse desenvolvimento seria determinante a conceção do espaço baseada na perspectiva geométrica criada em Florença no início do século XV, elemento determinante para a queda do universo simbólico⁴.

Assim, a vaga de iconofilia que inunda a Europa no final da Idade Média tem um precedente na noção pré-socrática de significado-significante, em que *significare* representa “mostrar por signos”, através de desenho, efígies ou prática ritual. Difundem-se os livros de modelos, ou *exempla*, que ofereciam, por exemplo, tipos de mãos, narizes, ou outras partes do corpo a pintores e desenhadores. A descoberta da imprensa intensificará a sua produção e divulgação; seguiram-se-lhes, no Renascimento, os tratados de arquitetura ilustrados⁵, produzidos em grande número e com grande sucesso, bem como os livros de bordados⁶, de cartelas decorativas⁷ e de design de móveis, jóias, medalhões, ou mesmo fontes⁸.

Estas mesmas mudanças são patentes quando estudamos, por exemplo, a história do mobiliário. No início da Alta Idade Média, ele foi em toda a Europa, quase exclusivamente utilizado pela Igreja e, em menor escala, pela nobreza. Para além disso, e como a palavra indica, tinha um carácter móvel, dado o constante nomadismo praticado por reis,

-
- ³ TAFURI, Manfredo (1992) – *Sobre el Renacimiento. Principios Ciudades, Arquitectos*. Madrid: Cátedra, p. 35. Para o autor, o que distingue sobretudo a Idade Média e o Renascimento é a introdução de um sistema “perfectamente representativo”. Por isso, prossegue, “los contenidos no son nuevos, pero si el proceso – matemático y verificable – que permite su formalización em una sistematización del mundo *puesta em imagen*”.
- ⁴ TAFURI, Manfredo (1992) – *Sobre el Renacimiento. Principios Ciudades, Arquitectos*. Madrid: Cátedra p. 35. Tafuri cita Panofsky, para quem a perspectiva oferecia aos corpos o espaço em que se podiam exhibir e mover; com ela, “...os sucessos sobrenaturais irrompem no espaço visual aparentemente natural que lhes é próprio e permitem-lhe, assim, penetrar verdadeiramente a sua essência sobrenatural (...) desvela à arte a razão da espiritualidade no sentido mais excelso, no âmbito da qual o milagre sucede agora na alma do homem representado na obra de arte” (PANOFSKY, Erwin (1991) – *Perspective as Symbolic form*. New York: Zone Books, pp. 65–66). O que implicaria a decomposição do sistema figurativo medieval, a favor de uma matematização do espaço visual, equivalente a uma transferência da arte (do campo simbólico-religioso) para o campo fenoménico (TAFURI, *Sobre...*, p. 30).
- ⁵ Destacam-se, entre eles, o do espanhol Sagredo, *Medidas del Romano*, publicado em 1524, e sobretudo, o Livro IV do tratado do italiano Serlio designado *Architettura I siete libri*, publicado em Veneza em 1537.
- ⁶ PELLEGRINO, Francesco – *La Fleur de la science de Pourtraicture Et padrons de broderie, façon arabique et ytalique*. Paris, 1530.
- ⁷ Entre outros, para além de Vredeman de Vries, salienta-se o flamengo Frans Floris, criador do grotesco flamengo. O primeiro livro de cartelas, comprovadamente de Floris e editado em Antuérpia, é o *Veelderhande cierlijke Compartimenten* (1564).
- ⁸ ZORACCH, Rebecca – *Blood, Milk, Ink, Gold. Abundance and Excess in the French Renaissance*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2005, p. 9.

cortesãos e nobres. Porém, à medida que caminhamos para o século XVI, verifica-se uma evolução lenta, de onde emergem novas tipologias, desenvolvidas a partir de um reduzido número de arquétipos: o leito, a mesa – apesar do carácter tardio da sua utilização não litúrgica –, o assento e a arca serão, entre eles, os principais. A arca e a mesa fizeram parte do mobiliário do Tabernáculo do Templo de Salomão em Jerusalém; quanto ao assento, foi sempre um símbolo de poder e autoridade, herdado pela cultura ocidental do Império Antigo egípcio e o leito, ou tálamo nupcial, respira um igualmente poderoso simbolismo religioso. Esses arquétipos serão objeto de um processo de formalização/representação idêntico e coetâneo ao que ocorreu no campo da arquitetura e, nos finais do século XVI, o mobiliário multiplica-se em inúmeras tipologias⁹. Nos regimentos dos mestres da Câmara de Lisboa (1549 e 1572), por exemplo, são numerosos os tipos de móveis que os candidatos a oficiais deveriam saber executar¹⁰.

A dessacralização do símbolo originou a cultura material, que terá, porém, uma componente importante: o sociólogo Max Weber (1864–1920)¹¹, ao estudar essa época, entendeu a ideologia como um poderoso motor, capaz de formatar modos de comportamento. Mais recentemente, contudo, Chandra Mujerki assinala que são os objetos os transportadores de ideias. Eles acuum como aquilo que, habitualmente, é identificado com ideologia, já que, pela sua durabilidade, podem moldar formas de comportamento e de atividade intelectual¹². Essa componente ideológica está associada à outra face da moeda da representação: a elaboração, no interior do corpo social, de uma imagem identitária de classe. A suntuária que, no caso português, se traduziu sobremaneira em objetos de luxo orientais, importados para as habitações da elite¹³, terá um papel central nesse sistema.

⁹ FERRÃO, Bernardo (1990) – *Mobiliário Português. A centúria de Quinhentos*. Porto: Lello & Irmão Editores, pp. 316-317. Distingue-se, sobretudo, a enorme quantidade de arcas e seus derivados, arquetas, cofres, caixas, caixões, utilizados para o armazenamento dos mais diversos objetos. Quanto ao armário móvel, todo de madeira, o seu aparecimento é tardio, sucedendo, em meados do século XVI, ao armário embutido na parede, de origem romana e destinado a guardar armas.

¹⁰ FERRÃO, Bernardo (1990) – *Mobiliário Português. A centúria de Quinhentos*. Porto: Lello & Irmão Editores, p. 68.

¹¹ Max Weber, de nacionalidade alemã, distinguiu-se pelos seus estudos económicos e, no campo da sociologia, pela associação entre a ética protestante e o desenvolvimento do capitalismo e pelo estudo comprado das instituições de diferentes culturas.

¹² MUJERKI, Sandra – *Graven Images. Patterns of Modern materialism*. New York: Columbia University Press, 1983, pp. 15-16.

¹³ FERRÃO, Bernardo (1990) – *Mobiliário Português. A centúria de Quinhentos*. Porto: Lello & Irmão Editores, p. 56.

A casa nobre

O primeiro grande sinal do irromper da cultura material do Renascimento no Porto, em termos de arquitetura, é o programa empreendido pelo italianizado bispo de Viseu D. Miguel da Silva na Foz do Douro (1525-ca.1547). A fachada do paço de D. Miguel da Silva na Foz, concluído no início da década de trinta do século XVI, com a sua geométrica regularidade, proporcional e indexada à compartimentação interior – as três janelas de sacada que rasgam a fachada tinham correspondência interna em três divisões – obedeceu aos critérios de beleza – proporção, número e distribuição (plano) – adiantados por Alberti. Por essas razões, o paço foi um momento importante na história da casa nobre na cidade (fig. 1).



Fig. 1 – Fachada do paço abacial de D. Miguel da Silva na Foz do Douro (início da década de trinta do século XVI).

O caminho percorrido até ele, fora, contudo, longo. A torre cega, quase sem aberturas e com os seus quatro lados iguais foi, no campo e, talvez, na cidade, a residência preferida da nobreza nortenha a partir do século XII. No Porto, a torre começou a desenvolver, desde a centúria de Trezentos, numa orgulhosa afirmação sociológica de um grupo urbano essencialmente constituído por mercadores, uma fachada, ou *facies* (fig. 2). Surgem, assim, as primeiras formas, ainda incipientes, de representação; janelas, portas e elementos ornamentais, que vão coabitar com os antigos dispositivos simbólicos que a associavam ao sistema feudal: as ameias, a pedra e a construção em altura. Essa fachada avançou sobre a via pública e, devendo ao mundo do visível e à urgência da rua, expandiu-se por vezes as dimensões da parcela original, aumentando,

num gesto exibicionista, a extensão da frente urbana. Surgem, assim, as designadas *casas grandes*.

O desenvolvimento do *facies*, contudo, implica uma aparente contradição; ele associa-se a uma crescente intimidade, que ideologias transportadas pelo comércio com as desenvolvidas sociedades urbanas do Norte, sobretudo a *Devotio Moderna*, explicarão. Assim, a viragem ao exterior é acompanhada pela progressiva atenção à compartimentação interior, para a qual os antigos espaços simbólicos, como a *aula* (sala) e a câmara serão estruturantes. É conhecida a divisão da residência nobre referida por D. Duarte no *Leal Conselheiro*: uma sala destinada a receber a visita de nacionais e estrangeiros, a câmara de paramento, ou antecâmara, mais reservada, destinada aos donos de casa e amigos; a câmara de dormir, independente da trespâmara, ou quarto de vestir, e o oratório¹⁴.



Fig. 2 – Torre de Pêro Sem, ou Pêro Docem, no Porto, voltando um dos seus lados mais extensos para a rua (século XIV).

Ainda no século XVI, a elite portuense vai construir de raiz, ou continuar a utilizar, antigas casas torres, ou casas grandes, em que, frequentemente, se mantinha o simbolismo da torre¹⁵. Existem notícias, porém, de que, pelo menos nalguns casos, houve alterações no seu plano interior, tendo em vista uma aproximação à clareza e proporcionalidade geométricas do

¹⁴ FERRÃO, Bernardo (1990) – *Mobiliário Português. Dos primórdios ao gótico*. Porto: Lello & Irmão Editores, p. 126.

¹⁵ Ver, sobre a casa-torre no Porto e a sua evolução: AFONSO, José Ferrão (2012) – “*A imagem tem que saltar*”: *A Igreja e o Porto no século XVI (1499-1606). Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 260-273.

espaço renascentista. Na rua Escura, por exemplo, existiu um conjunto de duas torres, separadas por um pátio ladrilhado e comunicando entre si através de galerias em madeira. Uma delas, a dianteira, tinha ainda uma irregular compartimentação interior, de origem medieval:

(...) Tem hũm portall ladrilhado de tijollo atravessado cõ hũa estrebaria e tem hũa esquada para a salla mea de pedra e mea de tabuado e no meo della hũa camara pequena sobre esta estrebaria. E tem hũa salla e hũa camarinha pequena junto della e hũa esquada para o segundo sobrado. E no meo da dita esquada hũa camarinha sobre a outra açima dita. E no sobrado segundo hũa camara grande, com hũa chamine e outra camara pequena pegada cõ ha salla (...)¹⁶.

A torre traseira, por sua vez, tinha uma “cozinha” adossada. Esta possuía uma loja, cozinha com duas “camarinhas” sobrecozinha sob “telha vã” e chaminé, ou lareira. A distribuição interna desta torre, porém, assinalou uma evolução muito importante, evidenciando princípios de regularidade na sua organização horizontal: “Todas estas peças estão na dita torre hũas sobre as outras e tomão toda a largura e compridão da dita torre sallvo ho eirado”. Assim, sucediam-se, nos quatro pisos, um sótão, ou loja, no térreo, “hũa casa chamada despensa”; uma câmara forrada de castanho e nogueira e uma outra designada guarda-roupa¹⁷.

Outro conjunto de duas torres, não muito longe da anterior, pertenceu no século XVI a uma família da elite portuense, os Correias. Em 1541, o Cabido emprazou uma delas, situada no “terreiro do Morgado dos Sás”¹⁸ ao cidadão Simão Correia e sua mulher Catarina Carneiro, que a viria a deixar, por testamento, ao seu filho Jerónimo Correia em 1572. Este, por sua vez, doou-a, em 1576, ao seu sobrinho Simão Correia. A segunda torre localizou-se na rua das Eiras e em 1550 estava igualmente emprazada a Simão Correia e a sua compartimentação interior era “ao modo antigo”, sendo necessário baixar os sobrados e concertá-los, visto Simão Correia ser “pessoa nobre”¹⁹ Mais tarde, em data que se desconhece, as

¹⁶ AFONSO, José Ferrão (2012) – “*A imagem tem que saltar*”: *A Igreja e o Porto no século XVI (1499-1606). Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, p. 739.

¹⁷ AFONSO, José Ferrão (2012) – “*A imagem tem que saltar*”: *A Igreja e o Porto no século XVI (1499-1606). Um estudo de história urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, p. 739.

¹⁸ Também conhecido por terreiro da Cividade, posteriormente por terreiro da Relação e largo do Corpo da Guarda. Esse espaço desapareceu quando da abertura da avenida da Ponte em meados do século passado.

¹⁹ AFONSO, José Ferrão (2000) – *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto; FAUP Publicações, pp. 58-59.

duas torres foram unidas e, no século XVIII, seriam dotadas com uma fachada, voltada para a rua das Eiras (fig. 3).



Fig. 3 – Casa dos Correias, na rua das Eiras.

Constata-se, portanto que o Paço de D. Miguel da Silva foi um momento fugaz. A razão imediata para isso poderia ser assacada à apressada fuga para Roma que o seu mentor teve de empreender em 1540. Porém, uma outra causa, de maior peso, poderá explicar o seu carácter efémero: o facto de a cultura do Renascimento romano não se ter estruturado numa tradição de trocas e intercâmbio cultural com Itália. Se a isso adiantarmos que as transformações ocorridas nos finais da Idade Média não foram uma cisão definitiva com o passado, compreender-se-á que os valores simbólicos medievais não se esgotaram no século XVI; a cultura artística do Renascimento esteve longe, não só em Portugal mas em toda a Europa, de ser paradigmática em relação à da Idade Média²⁰. Para isso, contribuiriam ainda duas condicionantes históricas: a Contra Reforma, que a na segunda metade do século vai recuperar muito do pensamento escolástico medieval e o facto de a Flandres, que tinha já sido o parceiro comercial e cultural privilegiado do Porto desde o século XIV, ver reforçado e exponenciado esse papel com o eclodir do comércio atlântico internacional. O Porto foi também, a partir dos meados do século XVI, um dos protagonistas desse trato, cuja estrutura em rede, bem mais atuante e abrangente do que o elitismo humanista italiano, levou ao incremento da cultura material na cidade. Entre os

²⁰ TAFURI, Manfredo (1992) – *Sobre el Renacimiento. Principios Ciudades, Arquitectos*. Madrid: Cátedra, p. 35.

objetos desta, salientar-se-ia, por isso, um elevado número de importações flamengas e a influência do “Renascimento do Norte”, ele próprio integrando um considerável peso de tradição gótica, alargar-se-ia à arquitetura. Magalhães Basto é sensível a essa mudança, ao registar a intensificação da venda dos “produtos sumptuários”²¹ e o memorialista Francisco Dias, que escreve no terceiro quartel do século XVI, recorre à moral para condenar veementemente a moda: “e veo a vaidade, minguiu as fazendas e mande Deus não pereção almas”²².

A Pragmática de 1610

Até há pouco, era escassa a informação sobre os ambientes interiores da casa nobre portuense da época. No início do século XVII, contudo, a pragmática de 1610, recentemente publicada em versão integral²³, adianta um manancial de informações importantes sobre eles. As pragmáticas, emanadas da coroa, tinham força de lei, tendo como principal alvo o restringir do uso de artigos de luxo, e simultaneamente, defender a produção nacional através de uma política de nacionalismo económico²⁴. Aquela a que aludimos tentou conter, na cidade do Porto e seu termo, os excessos detetados nos trajos e, também, na utilização de objetos de sumptuária, tais como têxteis, ourivesaria e joalheria, obra dourada, incluindo mobiliário e outras peças proibidas.

Esses itens poderão, portanto, ser incluídos no conceito de cultura material e eram ideologicamente representativos de um estatuto social e, como tal, um espelho em que cada um revia o seu lugar dentro do corpo social do Estado Confessional. Celina Bastos analisou os artigos de luxo constantes dela, sobretudo o mobiliário, concluindo que, na cidade e no seu termo, o documento revela padrões de consumismo sumptuário por parte da elite urbana. Contudo, eles incidiram, até muito tarde, sobretudo nas peças tradicionais: ourivesaria e joalheria, têxteis e trajos. Ou seja, esteve menos presente o mobiliário que, em grande parte, era constituído por peças leves e facilmente amovíveis, apesar de a autora ressaltar que do documento não consta o mobiliário comum em madeira, mas apenas o dourado. O que, à partida, excluiria das declarações, por exemplo, o mobiliário embutido de origem alemã,

²¹ BASTO, Artur Magalhães Basto (1931) – *Os portuenses no Renascimento*. Vila Nova de Gaia: Edições Pátria, pp. 15-16.

²² DIAS, Francisco (1937) – *Memórias quinhentistas dum procurador d’El Rey no Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal, p. 19.

²³ “PRAGMATICA 1610. Livro dos registos das pessos da plematica proibidas pella lej”. In SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (2012) – *O Luxo na região do Porto no tempo de Filipe II de Portugal (1610)*. Porto: Universidade Católica Editora, pp. 179-422.

²⁴ FERRÃO, Bernardo (1990) – *Mobiliário Português. A centúria de Quinhentos*. Porto: Lello & Irmão Editores, p. 62.

que incluía os contadores, muito referidos noutros inventários da época. Conclui, portanto, que por essa razão a pragmática não seria um documento fidedigno para avaliar da existência, no início do século XVII, de mobiliário nas casas do Porto e do seu termo²⁵.

A essas justificações, pode-se ainda acrescentar outra: uma boa parte da elite portuense, incluindo, na sua quase totalidade, o clero regular e secular, não respondeu ao inquérito²⁶. Entre esses privilegiados salienta-se aquela que foi a família mais importante da cidade, a única cujo estatuto se equiparava ao da nobreza cortesã: os Rodrigues de Sá. Habitavam numa casa da rua de Cimo de Vila, que seria depois conhecido por Paço da Marquesa, uma “casa grande”, composta por duas torres unidas por uma fachada, ou “frontal”, paralelo à rua. Magalhães Basto afirma, sobre o seu interior, que era idêntico ao de um “palácio italiano do Renascimento”; baseia-se, para essas palavras, no inventário efetuado em 1624, quando da morte de D. Joana de Castro, mulher de Francisco de Sá e Meneses²⁷. Do inventário constam, para além dos objetos de sumptuária tradicionais nas habitações da elite portuguesa da época – prataria, joias, têxteis e tapeçarias – uma série de móveis de origem oriental, em pau-santo e ébano, com ornamentação de prata, marfim ou madrepérola, incluindo contadores, bufetes, um escritório e vários leitos²⁸.

O caso dos Rodrigues de Sá, dado o seu estatuto, seria, contudo, excepcional no panorama do Porto. Saliente-se, apesar disso, que os móveis arrolados são, na sua grande maioria, de proveniência oriental. Poderá essa origem, numa das habitações mais luxuosas do Porto, ser indicativa? Será que a escassez do mobiliário renascentista de importação europeu, ou a sua reprodução, detectada nas declarações, apenas reflete a realidade portuguesa da época? Celina Bastos é dessa opinião: para ela, os móveis mencionados estão ainda ligados a uma tradição de pequenas peças, cujo carácter movente os associa à Idade Média. Também a cama, e os têxteis que lhe estão agregados, continua a ser o móvel mais referido, tendo herdado muito do simbolismo que lhe era tradicional. Por sua vez, a alusão a estrados, forrados com tecidos e dotados de almofadas e

²⁵ BASTOS, Celina – O mobiliário na Pragmática de 1610. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (coord.) (2012) – *O Luxo na região do Porto no tempo de Filipe II de Portugal (1610)*. Porto: Universidade Católica Editora, pp. 90–91.

²⁶ AFONSO, José Ferrão – O Porto de cerca de 1610: as pedras e os homens. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (coord.) (2012) – *O Luxo na região do Porto no tempo de Filipe II de Portugal (1610)*. Porto: Universidade Católica Editora, p. 14.

²⁷ CARNEIRO, José Augusto (1885) – *Anotações à memória histórica, genealógica e biográfica da Excellentissima Casa de Abrantes*. Porto: [s.n], p. 54.

²⁸ CARNEIRO, José Augusto (1885) – *Anotações à memória histórica, genealógica e biográfica da Excellentissima Casa de Abrantes*. Porto: [s.n], pp. 64–65.

coxins onde se sentavam a mulheres, revela uma tradição que pode ter origem na ocupação muçulmana da Península. O mesmo sucede, aliás, com a abundância de têxteis, como tapetes, alcatifas, ou panos de armar.

Do móvel “móvel” ao móvel “fixo”; a perspectiva e a transformação dos espaços interiores

Tendo isso em conta, o tipo de peças declaradas na pragmática sugere espaços interiores tradicionais e fluídos. Como sucedia na Idade Média, as divisões das habitações deveriam ser comunicantes e, portanto, locais de circulação. Por isso, não possuíam uma especificidade própria: a sala e a câmara eram espaços polivalentes, não estando ligadas a uma utilização particular e é o mobiliário que determina a sua funcionalidade e cria o seu espaço. Nas quatro habitações de declarantes na pragmática que se conseguiram identificar – Paulo Mendes de Carvalho, D. Luís da Silva, Martim Ferraz de Almeida e Pantaleão de Seabra – três delas eram as tradicionais e conservadoras casas-torres, embora uma fosse ocupada pelo governador da Relação (fig. 4), não sendo a sua residência própria, e as peças reafirmam esse tradicionalismo²⁹.

²⁹ Por ausência de Henrique de Sousa na corte de Madrid, D. Luís da Silva era governador da Relação quando da realização do inquérito. O edifício onde se instalou o tribunal filipino pertencera aos Rodrigues de Sá, primos do alcaide-mor João Rodrigues de Sá e situava-se na calçada da Cividade, ou Relação, que ligava a rua das Eiras ao largo de S. Bento. Luís da Silva respondeu, como os outros habitantes do Porto, ao inquérito da pragmática, enunciando as peças sumptuárias que possuía na cidade. Como seria de esperar, não são mencionados móveis, nem os habituais têxteis ou objetos exóticos, mas, essencialmente, roupas, joias e peças de ourivesaria. O seu rol é, portanto, inconclusivo, no que respeita ao fornecimento de possíveis pistas sobre o espaço interior da casa. Quanto à arquitetura exterior, uma fotografia antiga mostra duas alas organizadas perpendicularmente entre si e, numa delas, uma torre gótica que poderia ser a antiga torre do bispo, nomeada já no século XIV. Quanto às fachadas modernas, exibem linhas de janelas de sacada cuja datação exata será difícil de determinar, mas aparentam ser setecentistas (“PRAGMÁTICA 1610. Livro dos registos das pessos da plematica proibidas pella lej”. In: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (2012) – *O Luxo na região do Porto no tempo de Filipe II de Portugal (1610)*. Porto: Universidade Católica Editora, fl. 43). Outro declarante foi Paulo Mendes de Carvalho, cavaleiro fidalgo e vereador, que habitava uma casa na rua Nova. A sua família era originária de Guimarães e foi chanceler-mor da Índia, o que poderá justificar a enorme quantidade de objetos de origem oriental que menciona. A rua, aberta nos finais do século XIV por D. João I, era um exemplo de urbanismo regulado dos finais da Idade Média, em que a unidade dos materiais se associava à proximidade nas dimensões dos lotes, num espaço representativo do poder real. Embora se desconheça qual o especto da sua casa no início do século XVII, sabe-se que, nas suas traseiras, e ao contrário do “regulamento” que o monarca quisera implementar na rua e fora uma importante codificação da ideologia real, possuía uma casa-torre. Para além dos objetos orientais que incluem têxteis, guadamecis e roupa de cama, “camilhas”, três “panos de armar de figuras de lam e seda em partes” e seis cortinas de janelas, o mobiliário era escasso: um bufete “pequeno de estrado”; um “cravo de tanger dourado em partes”; “um leito da Índia todo dourado”; “hum espelho grande de vestir” e vinte retábulos com guarnições dourados (PRAGMÁTICA..., fl.206v.). O caso de Pantaleão de Seabra, cidadão, vereador e fidalgo da casa real é, aparentemente,

O conservadorismo dos planos interiores pode-se deduzir, por exemplo das descrições da distribuição interior das casas da rua das Flores, uma rua “nobre”, aberta em 1521 e cujas habitações, num disciplinado loteamento, foram sendo erguidas ao longo do século, obedecendo a um regulamento preciso, que obrigava a fachadas de pedra nos dois primeiros pisos e à ausência de sacadas. Se as exposições conhecidas datam, na maior parte das vezes, do século XVIII, são bem perceptíveis as que se aludem a espaços datando de Quinhentos, ou que, sendo posteriores, conservaram as suas características de indeterminação. Citando só um exemplo, as “casas nobres” de Luís Soares do Avelar, possuíam, em 1746, para além das tradicionais alcovas, “uma casa de moços” entre o primeiro e o segundo nível, uma “camareta para pagem” com porta para o pátio existente no cimo da escadaria que subia ao sobrado e uma escada no interior da parede mestra, que ascendia desse pátio para o nível superior. Num corpo posterior, que se alcandorava na encosta da colina da Vitória, traseira à casa, erguia-se um dédalo de pátios e “casas” sem qualquer lógica espacial unificadora³⁰.

Pode-se, portanto, inferir uma associação entre esse tipo de distribuição interior tradicional e o seu recheio. A distribuição interior não partilhava da necessidade de ordem e permanência do espaço material e representativo da teoria humanista, baseado na revolução introduzida pela perspectiva. Como as torres iniciais, esse espaço podia ser alterado, acrescentado ou diminuído sem que daí resultassem mudanças importantes de significado. Na verdade, o conjunto de peças constantes da pragmática sugere que a distribuição interior não contemplava ainda espaços representativos, no sentido que a tratadística renascentista

diferente do de Mendes de Carvalho. O seu tio, Gonçalo Seabra, começou por ser mercador, habitando em casa na rua da Reboleira. Surge mais tarde, quando o Cabido lhe afora uma casa-torre, frente à Sé, nomeado como cavaleiro-fidalgo. Em 1561, um seu parente, o arcediogo Manuel de Sá, deixou-lhe uma outra casa-torre, provavelmente do século XIII, sita na rua da Sapataria, junto da anterior. Um filho de Gonçalo de Seabra, Manuel de Seabra, viria a ser bispo de Miranda e Ceuta. Neste caso, a ascensão social deveu-se à proximidade capitular e deve estar na base da escolha da torre como residência dos Seabra. Declara também produtos exóticos, como colchas e almofadas da China, dois guadamecis, “hum couro de cobrir hum escritório” e peças de ourivesaria; a ausência de mobiliário, porém, é notória (PRAGMÁTICA..., fl. 22v.). A casa de Martim Ferraz de Almeida, situada na rua das Flores, viria a dar origem no século XVIII à casa Ferraz Bravo. Em 1610, porém, era composta por lotes contíguos agregados, à maneira das “casas grandes”. As suas fachadas não possuíam um tratamento formal unitário, embora tivessem origem nos princípios do urbanismo regulado que regeu a abertura da rua em 1521. Na sua resposta, Martim Ferraz declara os habituais guadamecis, com as suas armas, joias, ourivesaria e duas peças de mobiliário: “hum leito dourado com franja nas cortinas” e a “pregadura de cadeira dourada” (PRAGMÁTICA..., fl. 4).

³⁰ AFONSO, José Ferrão (2000) – *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto; FAUP Publicações, pp. 286-287.

lhes vai dar e que, por exemplo, surgem na mesma rua das Flores em descrições do século XVIII: “Item estas casas na fronteyra quatro sallas todas forradas e apayneladas, e em cada huma dellas tem duas janelas rasgadas que fazem oito janelas todas com suas sacadas de pedra e grades de ferro...”³¹. A casa existe ainda atualmente (fig. 5), podendo-se acrescentar à descrição que as salas são unidas por portas que, abertas, permitem a sua visão sucessiva, já que estão alinhadas em perspetiva.



Fig. 4 – Palácio dos Duques de Lafões, no largo do Corpo da Guarda, onde, no início do século XVII, esteve instalada a Relação do Porto.



Fig. 5 – Casa Ferraz Bravo, na rua das Flores (século XVIII).

³¹ AFONSO, José Ferrão (2000) – *A rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*. Porto; FAUP Publicações, pp. 266–267.

Essa organização do plano retoma, tardiamente, o do paço abacial de D. Manuel da Silva. A sua espacialidade interior não é mais criada pelo mobiliário, mas sim pré-existente a ele e, por isso, vai exigir peças que, acentuando as suas características geométricas, tendem a tornar-se fixas. Esta questão começará, por isso, a ser abordada na tratadística de arquitetura quinhentista. O francês Jacques Androuet du Cerceau, por exemplo, embora respeitando a tradição nacional, retoma, numa série de desenhos de arquitetura, a mesma posição descentrada para a lareira, a mesa, que lhe fica em frente, a cama principal, sempre ao lado dela, e a *couchette*, ou leito pequeno, que de dia serve de assento, no ângulo oposto (salvo quando é embutida num guarda roupa, desempenhando então as funções de leito principal). Serlio, nos Livros VI e VII do seu tratado, escritos em França, preocupa-se igualmente com a localização da cama e da lareira, adotando os modelos franceses quanto à primeira, e retomando, na axialidade da segunda, o esquema italiano do Renascimento. Serlio concede ao espaço francês uma ordem simétrica, preocupando-se com a sua estruturação e, mesmo quando representa alcovas, elas servem para regularizar o espaço das câmaras, ou porque o plano do edifício é irregular, ou pela sua complexidade ou ainda para dar à divisão a forma ideal geométrica do quadrado³². Numa imagem de carácter mais utópico, a pintura de Vredeman de Vries, “Cristo em Casa de Marta e Maria” representa um espaço interior ideal, configurado pela perspectiva geométrica, em que o mobiliário e a lareira são parte integrante de uma rigorosa e pré-concebida construção espacial e não o contrário, como sucedia na Idade Média e ainda foi uso no século XVI (fig. 6).

O mobiliário dos novos espaços representativos terá, também ele, que adotar novos modelos. Pelo menos desde o românico, foi produzido na Europa mobiliário que adaptou as formas arquitetónicas. Essa associação acentuar-se-á no gótico e, sobretudo, no Renascimento. Em 1547, o humanista alemão Walther Ryff publicou um tratado sobre as relações entre o que ele designa por “perspetiva matemática” e a “prática”. Segundo ele, a perspetiva que interessava aos artífices não era a dos géometras, mas a do mundo dos objetos. O matemático ignorava a realidade material, enquanto a função dos artífices era a de apresentar os objetos que fabricavam como “perceptíveis”. Desse modo, a perspetiva não se limitava à arte da pintura, mas a tudo o que se desejasse que fosse submetido a ela: mobiliário, edifícios, ou até corpos

³² CHATENET, Monique (2001) – “Cherchez le lit”: La place du lit dans la demeure française au XVI^e siècle. *Version revue de l'article publié dans Aurora Scotti Tosini (dir.), Aspetti dell'abitare in Italia tra XV e XVI secolo. Distribuzione, funzioni, impianti.* Edizione Unicopli, Milan, pp. 145-153 (<http://cour-de-france.fr/article651.html>).

de falecidos³³. Porque o espaço perspectivo, elaboração antropocêntrica baseada na geometria euclidiana, era anterior às formas que nele eram colocadas, estas vão adotar, sobretudo os armários nos seus diversos tipos – copeiros, aparadores, escritórios, guarda-roupas, bufetes – os traços arquitetônicos renascentistas, recorrendo a elementos da ordem clássica como colunas, bases, capitéis e entablamentos. Para além disso, serão frequentemente decorados, sobretudo na Europa do Norte, com motivos naturalistas embutidos representados em perspectiva, o que se torna numa estética de decoração superficial³⁴ (fig. 7). Este novo tipo de espaço interior, baseado no cálculo racional e na geometria euclidiana foi também, um importante elemento da cultura material, e como demonstrou Panofsky, um “objeto ideológico”³⁵. Contudo, se compararmos os dados sobre a arquitetura da casa nobre com as informações fornecidas pela pragmática de 1610, no Porto do início do século XVII essa relação não era ainda plenamente assumida.



Fig. 6 – Vredeman de Vries – “Cristo em Casa de Marta e Maria” (1566).

³³ HEUER, Christopher P. (2009) – *The City Rehearsed: object, architecture and print in the worlds of Vredeman de Vries*. London and New York: Routledge, p. 187.

³⁴ HEUER, Christopher P. (2009) – *The City Rehearsed: object, architecture and print in the worlds of Vredeman de Vries*. London and New York: Routledge, pp. 187-188.

³⁵ PANOFSKY, Erwin (1991) – *Perspective as Symbolic form*. New York: Zone Books.



Fig. 7 – Cofre de moedas alemão do Tirol do Sul, com embrechados em perspectiva (ca. 1570-1580).

Conclusão

Embora os dados conhecidos não sejam suficientes, como se foi esclarecendo ao longo da comunicação, para adiantar certezas científicas, pode-se inferir que, no Porto do início do século XVII, a arquitetura da casa-nobre era conservadora, inclusive no que respeita à sua compartimentação interior e a esse conservadorismo do plano correspondia, igualmente, um tradicionalismo das peças dos ambientes interiores, sobretudo as de mobiliário, que foram declaradas na pragmática.

José Ferrão Afonso – Licenciado em História, variante da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; mestre em História da Arte pela mesma escola e doutorado em Teoria e História da Arquitetura pela Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona. Atualmente, encontra-se a concluir o seu pós-doutoramento, cujo tema é a história da arquitetura do Noroeste de Portugal no século XVI, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. jafonso@porto.ucp.pt. É, ainda, investigador do CITAR e do CEAU.